

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.785 - SP (2018/0215719-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **MAURO DE CAMPOS ADORNO FILHO**  
**AGRAVANTE** : **MARIA EUGENIA JUNQUEIRA ADORNO**  
**ADVOGADO** : **ANTÔNIO RAFAEL ASSIN - SP150383**  
**AGRAVADO** : **ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS NARCY DA SILVA MELLO - SP070859**  
: **LUCAS DE MELLO RIBEIRO - SP205306**  
: **VINICIUS PORTO ALVES - SP326562**  
: **KAREN CAGNOTTO - SP397108**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por MAURO DE CAMPOS ADORNO FILHO e MARIA EUGÊNIA JUNQUEIRA ADORNO contra a decisão proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça (fls. 302-303 e-STJ) que não conheceu do agravo em recurso especial por intempestividade.

Nas presentes razões, os agravantes postulam a reforma da decisão agravada, sustentado a tempestividade do recurso (e-STJ fls. 473-483).

É o relatório.

#### **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Considerando a manifestação dos recorrentes, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão de fls. 456-457 e-STJ e passa-se ao exame do agravo em recurso especial interposto por MAURO DE CAMPOS ADORNO FILHO E MARIA EUGÊNIA JUNQUEIRA ADORNO contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, verifica-se que o recurso especial (fls. 366-373 e-STJ), fundamentado na alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"Ação declaratória cumulada com indenização por danos morais - restrição indevida de crédito - valor da indenização majorado - recurso parcialmente provido para esse fim" (e-STJ fl. 362).*

Nas razões do recurso especial, os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 940 do Código Civil, que impõe a um demandante que pede valor que já foi pago, seja no todo ou em parte, a obrigação de pagar ao devedor o dobro do que lhe houver cobrado.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, verifica-se que o artigo apontado como violado no recurso especial não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."* .

Ademais, quanto ao dissídio invocado, tem-se que nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada (fls. 456-457 e-STJ) e conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator